



**ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia**

Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

Plenária: Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

As relações interdisciplinares da Arquivologia

Comunicação proferida pelo Prof. Dr. José Maria Jardim

Bom dia a todos.

É um prazer participar desse Congresso, especialmente desta primeira sessão, na qual se aborda um tema que me é tão caro e, sobretudo, poder fazê-lo em uma mesa com esses colegas: os professores Luiz Cleber Gak, Renato Tarciso Barbosa de Souza e Maria Paz Martín-Pozuelo Campillos. Quero agradecer o convite dos organizadores para estar aqui hoje e parabenizar a todos os organizadores e participantes deste Congresso que certamente será um sucesso.

Vou abordar o tema “*As relações interdisciplinares da Arquivologia*”, na perspectiva de favorecer a discussão sobre as dimensões epistemológicas do campo, bem como o seu impacto no ensino (na graduação e pós-graduação) e na pesquisa em Arquivologia.

O saber e o fazer arquivísticos vêm se modificando profundamente nas duas últimas décadas. Essas alterações têm ocorrido de forma diferenciada em distintas partes do mundo e em ritmos variados. Apesar dessas diferenças, é possível identificar uma certa convergência na percepção da comunidade arquivística internacional sobre um novo cenário, marcado por uma dinâmica complexa, caracteriza a Arquivologia contemporânea. Isso é evidenciado nos congressos nacionais, internacionais e em boa parte da literatura arquivística. Alguns aspectos, a meu ver, expressam esse cenário que se modificou e segue em constante modificação:

- as novas configurações na produção, uso e conservação da informação arquivística;
- os novos fazeres demandando novos saberes arquivísticos;
- as novas dinâmicas organizacionais nos setores público e privado;
- as novas demandas informacionais por parte da sociedade;
- as novas necessidades na formação dos arquivistas;
- as novas representações sociais do que é um arquivista;
- os questionamentos dos arquivistas sobre o que é um arquivista nesse cenário de mudanças;
- as demandas de conhecimento arquivístico;



- os novos lócus de produção e difusão de conhecimento arquivístico;
- as novas agendas de pesquisa em Arquivologia; e
- as reflexões emergentes sobre o objeto da Arquivologia, as nossas teorias e nossos métodos neste cenário de futuras modificações.

O teor de inovações nesse cenário, logicamente, não é o mesmo em todos esses aspectos e nem tampouco as demandas emergentes surgem e são percebidas da mesma forma e com a mesma sincronia em diversas realidades sociais. Por outro lado, esses novos desafios não significam necessariamente rupturas e descontinuidades com a Arquivologia estruturada na Europa no final do século XIX.

Com muita frequência, as melhores e mais consistentes respostas ou hipóteses voltadas para esses novos desafios da Arquivologia nas duas últimas décadas, significam um profundo e saudável reconhecimento da história da Arquivologia. É fundamental, num momento como esse, termos muito claro esse percurso histórico da Arquivologia, em um plano internacional e em plano nacional.

A releitura e re-significados de princípios fundadores da Arquivologia, à luz da contemporaneidade, tem se revelado um exercício saudável no reconhecimento de novas indagações e no encontro de novas respostas. Essa atitude nada tem de conservadora. Ao contrário, é altamente ousada do ponto de vista intelectual e, claro, muito delicada. É nessa dialética, envolvendo a leitura contemporânea do passado e os deslocamentos no presente que as ciências - no nosso caso, a ciência arquivística - constroem percursos futuros.

Portanto, neste contexto em que estamos vivendo, a sedução por reduzir a Arquivologia a adjetivos pode ser um equívoco. Sem excluir todos os méritos de hipóteses ricas que lhe são subjacentes, a Arquivologia não é apenas pós-custodial, não é apenas pós-moderna, não é apenas integrada. A Arquivologia é! Ponto! Gerar uma espécie de auto-explicação, às vezes de forma imediatista e até banal sobre a Arquivologia e pretensamente refundá-la é minimizar o alcance das possibilidades epistemológicas da própria área, tendo em conta o seu próprio percurso histórico.

A Arquivologia não precisa ser refundada. A Arquivologia demanda, cada vez mais, ser repensada constantemente nas nossas práticas diversas, para além do conforto dos manuais cujas perguntas e respostas foram suficientes durante tantos anos.

Precisamos repensar a Arquivologia para reconhecermos novas perguntas e buscarmos novas respostas. Isso é mais relevante, do ponto de vista científico, do que a classificação da Arquivologia, às vezes de forma apressada, pelo uso de etiquetas bem intencionadas, porém em alguns casos, até mesmo ingênuas em termos epistemológicos.

Portanto, refiro-me aqui à Arquivologia enquanto disciplina científica que requer de todos nós uma atitude científica sem, no entanto, resvalarmos em um cientificismo barato ou numa Arquivologia que é apenas interpretada como um conjunto de normas.



As normas são fundamentais, porém não podemos esquecer que as normas se constituem em dispositivos de teor estritamente prescritivo e datado. Só produziremos normas consistentes e que cumpram os seus objetivos numa dada realidade e durante um determinado tempo se tivermos respaldo na pesquisa científica e na educação de qualidade. Se não soubermos disso, só saberemos o valor das normas, mas jamais o valor de produzirmos conhecimentos em termos científicos e, sobretudo, jamais saberemos o valor dos desvios que resultam do que transcende a norma.

Um campo científico se faz também com seus desvios. Muitas vezes, é a partir do reconhecimento dos desvios que se produzem novas normas, como sempre e inevitavelmente datadas. Elas não são produzidas para durarem eternamente, especialmente se considerarmos que são irrigadas pela pesquisa e pela educação de qualidade. Ou seja, o arquivista deve produzir conhecimento científico do qual resultam, inclusive, mas não só, normas de qualidade. Ao atuar como um profissional que dispõe de conhecimentos científicos, o arquivista produz a norma arquivística, mas não deve tornar-se refém dela. Até porque, nem todo fenômeno arquivístico é normatizável. Da mesma forma, nem todo fenômeno arquivístico era passível de ser enquadrado nos manuais que durante muitos anos nortearam a área.

Não pretendo minimizar o papel dos manuais, mas estes não sintetizavam necessariamente, sobretudo nos últimos vinte anos, o nosso elenco de perguntas e respostas para a área. Mais que isso, não expressavam uma nova lógica de produção de questionamentos e hipóteses. Ao reconhecermos isso, inevitavelmente nos defrontamos com as dimensões interdisciplinares da Arquivologia. De imediato, sugiro algumas questões. Não tenho, porém, nenhuma pretensão de respondê-las neste momento. Na verdade, estou trazendo para vocês algumas inquietações que me chamam a atenção.

Por que nós temos discutindo tanto as relações interdisciplinares da Arquivologia com outros campos nos últimos anos, especialmente no caso brasileiro, com a Ciência da Informação?

Esse debate, muito freqüente no Brasil, é reflexo de uma tendência internacional?

Em outros países de forte tradição arquivística esse debate é tão evidente?

Essas co-relações tão debatidas no campo da Ciência da Informação são também alvo de reflexões na Administração, na História, na Ciência da Computação (áreas que de imediato vem à tona como campos com os quais nós desenvolvemos relações interdisciplinares)?

E essas outras dimensões interdisciplinares da Arquivologia, exteriores àquelas com a Ciência da Informação, que não são tão discutidas no momento?

E as clássicas relações da Arquivologia com a Administração e a História? E os outros campos das Ciências Sociais?

Será que essa discussão está tão resolvida ou naturalizada, ao ponto do debate a respeito parecer dispensável?



Essas questões, evidentemente, exigem investigações sistemáticas. É uma agenda de pesquisa que, acredito, pode ser interessante, até porque a literatura em Arquivologia e nos demais campos que mencionei parece não dar conta, no momento, dessas questões. Há, no entanto, algumas pistas e indicadores que se não nos permitem respondermos a essas perguntas em toda sua extensão, talvez nos ajudem a levantarmos aqui algumas hipóteses.

Para isso, gostaria antes de especificar alguns elementos do campo arquivístico, estabelecer algumas considerações sobre disciplina, disciplinaridade e interdisciplinaridade.

Uma disciplina científica, segundo Heckhausen(1972), envolve sete critérios: o domínio material ou objeto de estudo; o conjunto dos fenômenos que são observados; o nível de integração teórica; os métodos; os instrumentos de análise; as aplicações práticas; e as contingências históricas.

Conforme Legendre apud Maheu (2008), em termos epistemológicos, uma disciplina é o “domínio estruturado do saber que possui um objeto de estudo próprio, um esquema conceitual, um vocabulário especializado e, ainda, um conjunto de postulados, conceitos, fenômenos particulares, métodos e leis.” Refiro-me, neste caso, à disciplina como um ramo do saber e não como componente curricular.

Devemos considerar ainda que uma disciplina é uma atividade socialmente organizada, que pressupõe um discurso e uma prática que constitui um corpo de conhecimento envolvendo uma comunidade de especialistas dessa ciência. Uma disciplina científica envolve organizações científicas que reconhecem quem é ou não membro do corpo de cientistas, que definem regras deontológicas e metodológicas. Uma disciplina científica pressupõe a existência de publicações especializadas, regras de qualidades para os trabalhos a serem publicados e apresentados nos congressos.

Tendo em vista esta disciplinaridade, gostaria de balizar um pouco mais alguns elementos em torno da interdisciplinaridade.

A história da Ciência revela, especialmente a partir do século XX, sob o norteamo da racionalidade capitalista, uma forte tendência daquilo que vários autores chamam de fragmentação do saber, ou seja, um quadro de excessiva especialização científica.

Se, de um lado, a fragmentação da ciência favoreceu diversas conquistas científicas em vários momentos, a partir do século XX, por outro lado, este seria um obstáculo a novos avanços científicos. Ou seja, o excesso de especialização impediria hoje uma percepção mais ampla do real e diminuiria as possibilidades da ciência enquanto conhecimento efetivamente a favor do desenvolvimento humano e social. Nesse cenário, o cientista é convidado a um olhar não exclusivamente especializado, mas também transversal.

Como menciona Olga Pombo (2005), “... o progresso da investigação faz-se, cada vez mais, não tanto no interior dos adquiridos de uma disciplina especializada, mas no



cruzamento das suas hipóteses e resultados com as hipóteses e os resultados de outras disciplinas.”

Quando estamos aqui a falar de interdisciplinaridade, estamos a tentar o mapeamento de possibilidades de cruzamento de hipóteses da Arquivologia, de resultados da Arquivologia com as hipóteses e resultados de outros campos.

O projeto interdisciplinar ganhou bastante adesão do mundo científico. Não há dúvidas de que se trata de uma perspectiva extremamente rica. A própria professora Olga Pombo menciona que a interdisciplinaridade segue um curso que, a essa altura, independe em boa parte de uma decisão individual de um cientista ou de um grupo de cientistas. Isso se dá na medida em que passa a ser um imperativo de “uma maneira contemporânea de pensar um conjunto de fenômenos que não são apenas objetos de um determinado campo” (POMBO, 2005). Paralelamente, esse reconhecimento parece convidar a uma certa banalização do termo, ou seja, tudo fica muito interdisciplinar no discurso. Como que na prática, efetivamente, conseguimos diferenciar a interdisciplinaridade para além da retórica sedutora, convidativa e, de imediato, extremamente rica? E afinal de contas, o que é isso? O que é interdisciplinaridade?

“A minha proposta é muito simples. Passa por reconhecer que, por detrás destas quatro palavras, multi, pluri, inter e transdisciplinaridade, está uma mesma raiz – a palavra disciplina (que nós falamos há pouco). Ela está sempre presente em cada uma delas. O que nos permite concluir que todas elas tratam de qualquer coisa que tem a ver com as disciplinas. Disciplinas que se pretendem juntar: multi, pluri, a idéia é a mesma. Juntar muitas, pô-las ao lado uma das outras. Ou então articular, pô-las inter, em inter-relação, estabelecer entre elas uma relação recíproca..” (POMBO, 2005)

Nesse quadro de transformação epistemológica do plano científico, Pombo (2005) sugere-nos que *“onde nós esperávamos encontrar o simples, estamos encontrando o complexo, o infinitamente complexo”*. Que *“quanto mais fina é a análise, maior a complexidade que se abre à nossa frente”*. E, portanto, que

“o todo não é a soma das partes. Sem interesse real, e isso é fundamental, por aquilo que o outro tem para dizer não se faz interdisciplinaridade. Só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo.” (POMBO, 2005)

No caso da Arquivologia, sem me aprofundar aqui na história do campo, é impossível não levarmos em conta alguns momentos significativos para visualizarmos o impacto desses marcos na construção de relações da Arquivologia com outros campos.

Se a publicação do manual dos holandeses em 1898 é um marco fundador da Arquivologia, a sua configuração como área está fortemente ligada à invenção dos arquivos públicos como instituição, a partir da Revolução Francesa e a um conjunto de práticas na organização dos arquivos do Estado moderno. A Arquivologia como saber de Estado, é filha do Estado moderno europeu, fortemente associada, naquele momento, ao



quadro de uma memória que é identificada e que é construída como referência à nacionalidade dos Estados.

Até meados do século XX, predomina o entendimento do arquivo histórico como objeto da Arquivologia que se estrutura então como “ciência auxiliar” da História.

Nesse momento, o fazer arquivístico exige do arquivista não apenas a teoria arquivística em seu estado de construção. Exige também conhecimentos da História e do Direito.

A crescente intervenção do Estado na vida social, sobretudo após a II Guerra, propiciam a emergência dos princípios relacionados à gestão de documentos (especialmente no mundo anglo-saxão), à idéia de ciclo vital e à reconfiguração das instituições arquivísticas. As tradições administrativas dos Estados nacionais, associadas, nesse quadro histórico, às condições de respostas, em cada caso, àquilo que se convencionou chamar de “explosão documental”, seguem influenciando fortemente as concepções de Arquivologia (como área voltada apenas para os arquivos históricos ou como área que inclui também os arquivos correntes e intermediários). Influenciam também as práticas arquivísticas e até mesmo, a partir da emergência da gestão de documentos, o entendimento do que é um arquivista, no mundo anglo-saxão, diferenciado do gestor de documentos, e de como educar um sujeito para que ele se torne um arquivista. Ou seja, havia uma tendência, naquele momento, ao menos no mundo anglo-saxão, a uma maior proximidade com a administração. O arquivista deixou de ser um “historiador”, mas essa visão cede espaço às perspectivas do arquivista como “administrador”.

Nesse cenário histórico, o fazer arquivístico exige do arquivista não apenas a teoria arquivística e os conhecimentos da História e do Direito, mas também profundos conhecimentos da área de Administração.

Especialmente após os anos 90 do século XX, as novas formas de produção e uso da informação arquivística provocam novas questões em torno de aspectos teóricos e práticos da área. São questionados os nossos objetos, nossos métodos, o documento digital, a web, a perspectiva não custodial, o funcionamento das instituições e serviços, a identidade do arquivista, sua formação, a pesquisa. Discutia-se, naquele momento, de uma maneira muito frequente a disciplinaridade e a interdisciplinaridade da Arquivologia.

Nesse contexto, o fazer arquivístico exige do arquivista não apenas a teoria arquivística, não apenas mais somente conhecimentos da História e do Direito e da Administração, mas também das tecnologias da informação, da Comunicação, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência da Informação.

Chegamos ao atual momento com todas essas demandas que passam a ser inerentes ao trabalho do arquivista em diversos planos de sua atuação. A Arquivologia, desde os seus marcos fundadores, é uma disciplina com vocação multi, pluri e interdisciplinar. Em todas as atividades arquivísticas, o arcabouço teórico e os métodos e técnicas da Arquivologia são acionados, evidentemente. No entanto, não gerenciamos os arquivos apenas com os instrumentos teóricos e metodológicos da Arquivologia.



Necessitamos em diversos momentos e em graus variados, da Administração, da História, do Direito, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência da Informação, da Ciência da Computação e outros campos de conhecimento. Enfim, o trabalho arquivístico é de natureza, no mínimo, multidisciplinar.

Lindo, mas como é que operamos essa interdisciplinaridade com qualidade? Como podemos dar conta dessa interdisciplinaridade na nossa formação, na nossa atualização profissional, na nossa pesquisa?

A interdisciplinaridade ou outros graus de relação da Arquivologia com outros campos tem sido pouco explorada, enquanto questão epistemológica, pela própria Arquivologia. Ao longo de muitos anos, pelo menos até vinte anos atrás, essas relações faziam parte da Arquivologia, mas não eram problematizadas. A partir de um novo quadro emergente após o anos 90, a discussão da interdisciplinaridade entra na nossa agenda de discussão, finalmente.

Supondo que, durante algum tempo ocorreu uma certa “inércia epistemológica” na Arquivologia, esse cenário foi realmente alterado nessas duas últimas décadas? Há indícios que sim.

Essa discussão tem sido ampliada em razão de vários aspectos: as novas configurações da produção e uso da informação; o fenômeno informacional contemporâneo, marcado pela tecnologia da informação; os novos questionamentos sobre a identidade do arquivista e a natureza do trabalho arquivístico e a produção de conhecimento arquivístico que passa a ser também uma tarefa da universidade, relativizando o domínio técnico da área a partir das instituições arquivísticas. Isso se dá porque a pesquisa em Arquivologia se faz necessária para além das motivações mais imediatas da gestão arquivística. Não se trata mais somente de produzir conhecimento para o programa de classificação arquivística a ser estabelecido pelo arquivo nos próximos dois anos. Agora é preciso também investigar e obter respostas que reorientem esses programas de classificação nos médio e longo prazos, em um quadro das redes de informação, face a usos remotos dos acervos, por exemplo. Isso tudo só se consegue com pesquisa. Ao se fazer necessária a construção de agendas de pesquisa em Arquivologia é necessário, portanto, discutir epistemologicamente a própria terminologia, os nossos métodos, os nossos universos de atuação e estas questões interdisciplinares do campo.

A essa altura, do ponto de vista da história das ciências, nós podemos até afirmar como uma hipótese bastante razoável, que a perspectiva interdisciplinar na área de Arquivologia, alcança graus de consolidação bastante nítidos. Um bom exemplo da interdisciplinaridade está, por exemplo, no projeto de pesquisa que é o InterPARES (International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems). O InterPARES, envolve a Arquivologia, a Ciência da Computação, Filmes, Geografia, História, Direito, Biblioteconomia e várias outras áreas..

Aos poucos, o campo vai assumindo mais claramente suas novas demandas e desnaturalizando a co-relação com outras áreas. Questiona-se sobretudo a naturalização que se deu a partir de uma perspectiva da Arquivologia como uma ciência auxiliar da História ou uma espécie de ciência auxiliar da Administração.



É importante ressaltar que essa perspectiva interdisciplinar não é, porém, plenamente consolidada. É uma vertente em construção que acolhe profissionais que dela partilham, tanto quanto é objeto de discordância de outros. Esse, aliás, é um dos embates do campo, expresso basicamente em três visões que estão aí:

- a visão da Arquivologia com um campo autônomo, com bases consolidadas e, de certa forma, ciência auxiliar da História;
- a visão da Arquivologia como uma disciplina que constitui uma sub-área da Ciência da Informação (uma visão que ganha espaço especialmente no Brasil, sem maior veiculação internacional);
- a visão de Arquivologia com uma disciplina científica em permanente construção, dotada de autonomia, porém exercida (ou potencialmente) exercida em diversos aspectos mediante relações interdisciplinares com a História, a Administração, a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Museologia, a Sociologia, etc. Essa é hoje a minha perspectiva.

Por que temos discutido tanto as relações interdisciplinares entre Arquivologia e Ciência da Informação?

1. As possibilidades da perspectiva interdisciplinar na produção de conhecimento expressam uma questão forte, presente, nas agendas de políticas de pesquisa, educação e inovação na contemporaneidade.
2. A discussão da interdisciplinaridade da Arquivologia ganha proporções à luz desse quadro, num momento em que efetivamente o fazer arquivísticos se defronta com novas possibilidades e desafios que impõe a interlocução com outras áreas. Um exemplo: os princípios da representação da informação, no cerne da Ciência da Informação, extremamente interessantes para refletirmos sobre a descrição arquivística.
3. Conforme o trabalho que já desenvolvi inicialmente com a Profa. Odila Fonseca, posteriormente o livro da Profa. Odila e outros trabalhos da Profa. Georgete Medleg Rodrigues, essas interfaces que envolvem Arquivologia e Ciência da Informação no Brasil ainda são muito tênues e escassas, nos dois campos.
4. Por outro lado, cabe lembrar novamente que muitas vezes a interdisciplinaridade é uma retórica sedutora que nem sempre se plasma em processos concretos envolvendo dois ou mais campos do conhecimento. O princípio da interdisciplinaridade é muito convidativo, mas o fazer interdisciplinar é extremamente complexo e sofisticado. No caso da Arquivologia e da Ciência da Informação, parece que falamos mais dessas possibilidades interdisciplinares do que efetivamente as praticamos. Efetivamente, essas relações ainda estão longe de serem estreitas.



Algumas questões merecem ser reconhecidas nesse debate entre as possíveis relações envolvendo Arquivologia e Ciência da Informação. Algumas dessas questões do meu ponto de vista, talvez produzam alguns equívocos e resultam de outros tantos.

Um equívoco é a perspectiva, pelo menos em algumas interpretações, de que a Arquivologia é uma modalidade pragmática ou universo de aplicação da Ciência da Informação. Essa perspectiva reduz a Arquivologia a um campo de aplicação da Ciência da Informação, passando ao largo dos dispositivos teóricos da área. Ainda que os dispositivos teóricos da Ciência da Informação possam e devam ser aplicados no universo empírico arquivístico, isso não equivale necessariamente a uma relação de subordinação da Arquivologia em relação à Ciência da Informação. Essa concepção vem ganhando espaço no Brasil, inclusive, de alguma forma, no campo arquivístico. Talvez essa visão ganhe adesões em função das necessidades de institucionalização da Ciência da Informação no Brasil.

Um outro equívoco, é a idéia de que a Arquivologia, junto com a Biblioteconomia e a Museologia, constituem-se na base da Ciência da Informação. Ao menos em relação à Arquivologia, basta analisar a história da área e também da Ciência da Informação para verificar que essa afirmação é inconsistente.

Da mesma forma, parece-me equivocada a perspectiva de que a autonomia da Arquivologia é incompatível com o imperativo da sua interdisciplinaridade. Autonomia e relações interdisciplinares não são categorias excludentes. Um campo de conhecimento pode manter relações interdisciplinares com diversas outras áreas sem que sua autonomia, como um campo, seja diluída. Autonomia não significa insulamento.

Nesse cenário, parece ter algum espaço no Brasil a percepção de que as distinções entre Arquivologia e Biblioteconomia seriam artificiais. Ora, todos os recortes do campo científico são artificiais. Não são resultados “naturais”. Resultam de embates, convergências, divergências, interpretações e vários fatores históricos. Ainda assim, o reconhecimento de que as informações que são objeto da Arquivologia não são as mesmas que são objeto da Biblioteconomia e da Ciência da Informação parece-me fazer sentido em termos teóricos, empíricos e metodológicos. Isso não nos impede de reconhecermos zonas de convergência e uma agenda comum de interesses de investigação com a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Museologia.

Parece-me também equivocada a interpretação de que a Biblioteconomia teria, no Brasil, estreitas relações com a Arquivística porque essas duas áreas são contempladas frequentemente, em nossas universidades, pelos Departamentos de Ciência da Informação. Claro que o convívio de profissionais desses campos num mesmo recorte institucional como um Departamento de Ciência da Informação pode propiciar um ambiente favorável a relações entre as duas disciplinas, mas isso não é, por si só, um condicionante. Como sabemos, não se produz interdisciplinaridade apenas pelo fato de um Departamento de Ensino ter arquivistas e bibliotecários trabalhando lado a lado. Isso é uma caricatura de interdisciplinaridade. O fundamental são as interlocuções na pesquisa, no ensino, no reconhecimento das singularidades e especificidades nos diálogos entre esses campos.



Um outro aspecto diz respeito ao número considerável de dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, com temáticas voltadas ou pelo menos relacionadas à Arquivística.

A ausência de um programa de Mestrado e Doutorado em Arquivologia, no Brasil, nos últimos 15 anos, levou a uma procura, por parte dos arquivistas, a programas de pós-graduação em diversas áreas. Essa demanda levou profissionais da Arquivologia para a pós-graduação em História, Administração, Educação, Engenharia de Produção, sendo mais frequente o recurso à pós-graduação em Ciência da Informação. Muitos desses programas, zelosos das suas perspectivas interdisciplinares, acolheram essas perspectivas mesmo sem poderem, na maioria absoluta dos casos, com um corpo docente que tivesse proximidade com as inquietações procedentes da Arquivologia.

Em nenhum desses casos, a procura derivou de sinais evidentes de uma perspectiva interdisciplinar por parte desses programas de Ciência da Informação em relação à Arquivologia. Nenhum deles decidiu que bastaria ter relações interdisciplinares com a Arquivologia, até porque isso não é uma decisão que nasce dessa forma. Isso nasce no cotidiano, nos bastidores da pesquisa. No caso da Ciência da Informação, só muito recentemente, ainda timidamente, alguns programas de pós-graduação passaram a oferecer disciplinas sobre informação arquivística.

É muito interessante um levantamento recentemente feito pelo Eliezer Pires da Silva na sua dissertação sobre “*A noção de informação arquivística presente na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil*”. Nesse levantamento, foram identificados 97 trabalhos com temática arquivística produzidos em diferentes programas de pós-graduação e áreas do conhecimento entre 1996 e 2006. 43% desses trabalhos estão na Ciência da Informação, em torno de 18% na História, 7% em Educação, Comunicação, Memória Social. Será necessário uma análise dessas teses e dissertações para podermos afirmar se efetivamente as relações interdisciplinares começam a se fazer evidente.

É possível, nesse quadro, supor que um Mestrado em Arquivologia provocaria uma alteração? Claro que provocaria! Não tenho dúvidas de que se nós conseguirmos oferecer mestrados na nossa área e, numa perspectiva a longo prazo, o doutorado, absorveremos muito dessa demanda. Isso não exclui de forma nenhuma a legitimidade do profissional de Arquivologia que continuará a procurar a sua pós-graduação em História, em Administração, ou em Ciência da Informação. Afinal, o nosso campo é interdisciplinar. Nós não estamos fadados a trabalharmos com pesquisa apenas numa pós-graduação em Arquivologia, mas estamos condenados a uma posição periférica como campo de conhecimento se, além da graduação, não criarmos a pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil.

Enquanto não contarmos com programas de pós-graduação stricto sensu em Arquivologia, a pesquisa na área, no Brasil, continuará a produzir estatísticas a favor, especialmente, da Ciência da Informação. Os dados quantitativos das teses e dissertações sobre arquivos e informação arquivística, produzidas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, são considerados, na CAPES e no CNPq, como produção da Ciência da Informação e não da Arquivologia (que, dessa forma, perde em institucionalização em termos de campo científico). Isso acaba reiterando uma falsa



visão, que começa a ganhar espaço no Brasil, de que a Arquivologia é uma sub-área da Ciência da Informação.

Falo a respeito muito à vontade porque eu transito nos dois campos. O meu mestrado e o meu doutorado são em Ciência da Informação, discutindo informação arquivística. E aqui não expresso nenhuma perspectiva redutora, limitada, corporativista. Não se trata absolutamente disso.

O fato é que atualmente todas as demandas de desenvolvimento científico da Arquivologia que envolvem o Estado brasileiro (e quem financia a pesquisa no Brasil é o Estado brasileiro) passa necessariamente pela área de Ciência da Informação. O que significa a ausência, nas agências de fomento, de pesquisadores no campo da Arquivologia para a avaliação das demandas da área? A demanda da área de Arquivologia é avaliada por pesquisadores de outras áreas. No caso, sobretudo da Ciência da Informação.

E, claro, hegemonia existe, como já nos ensinou o bom e velho Gramsci. Se as agências de fomento tem poucos recursos para pesquisa, se existe a possibilidade de contemplar apenas poucos pedidos, se não há pesquisadores da área de Arquivologia na avaliação das demandas e se existe toda uma estrutura hegemônica que favorece a Ciência da Informação, é previsível, por exemplo, que os projetos sobre biblioteca virtual ou sobre um Congresso Internacional de Biblioteca Virtual tenham mais possibilidades de serem contemplados dos que os do campo arquivístico. Isso é seríssimo! É seríssimo e só passaremos a romper esse quadro na medida em que tivermos mais doutores nos cursos de Arquivologia, mais profissionais buscando seus mestrados e doutorados e nos organizando, inclusive institucionalmente, como Associação de Pesquisa em Arquivologia.

Alterar esse quadro requer mais profissionais pesquisando, difundindo conhecimento arquivístico e ocupando espaço nas estruturas governamentais de Ciência e Tecnologia. Isso pressupõe um trabalho árduo em termos de pesquisa e publicação, mas também político. É mais do que necessário uma Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Os profissionais de ciência no Brasil que não se organizam dessa forma, não constituem grupos de pressão na busca pelas verbas de pesquisa na área. No momento o quadro é este. Eu sou otimista, mas creio que precisamos ter claramente consciência sobre isso.

A Arquivologia, no quadro das áreas de conhecimento do CNPq (de acordo com a tabela das áreas de conhecimento que informa toda a política científica do Governo Federal e também das instituições que trabalham com as pesquisas nos Estados), está dentro da área de Ciências Sociais Aplicadas e dentro da área de Ciência da Informação. Na área de Ciência da Informação temos: Teoria da Informação, Teoria Geral da Informação, Processos da Comunicação, Representação da Informação, Biblioteconomia, Teoria da Classificação, Métodos Quantitativos, Técnicas de Recuperação de Informação, Processos de Disseminação da Informação e Arquivologia e Organização de Arquivos. A diferença entre “Arquivologia” e “Organização de Arquivos” é incompreensível. Isso é mais um exemplo de que estamos passando bastante ao largo ainda de interdisciplinaridade. Porque se houvesse algo parecido com



interdisciplinaridade, esse desenho acadêmico-político da área de Arquivologia não estaria elaborado dessa forma.

Estamos hoje numa disputa, num embate do campo para que na nova proposta das áreas do conhecimento dentro do CNPq e da CAPES, a Arquivologia seja identificada como um campo autônomo. Nessa nova proposta, a Arquivologia é reconhecida como área de conhecimento autônoma. Essa proposta, de 2005, que encontra resistência na área de Ciência da Informação, ainda não foi implementada. É importante assinalar que o CONARQ e a AAB se pronunciaram a favor desse proposta junto ao CNPq.

Evidentemente há tendências contrárias, sobretudo enquanto nós estivermos aumentando as estatísticas da Ciência da Informação. Eu não estou aqui a sugerir uma guerra santa. Não é isso. E muito menos trata-se uma visão belicosa em relação à Ciência da Informação que é um campo no qual nós atuamos. Sugiro, sim, uma maior vigília, uma ação mais sistemática da nossa área em relação à essa questão.

Por último, gostaria de mencionar que para visualizar um pouco mais esse cenário, analisei três anos do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, um encontro realizado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação. Analisei 451 trabalhos apresentados em 2006, 2007 e 2008. Desses 451 trabalhos da área de pesquisa em Ciência da Informação, apenas 12(4%), revelavam elementos que tinham como objeto de análise, total ou parcial, os arquivos. Ao menos quantitativamente, a interdisciplinaridade está longe de ser evidente, no caso específico.

Cabe lembrar que a discussão brasileiras sobre as relações entre Arquivologia e Ciência da Informação não apresenta a mesma proporção em termos internacionais. Não estou dizendo com isso que uma discussão especificamente brasileira seja menos legítima. Mas, nessa escala, parece ser algo absolutamente brasileiro. Se você conversar com colegas de alguns países e tentar explicar que a Arquivologia no Brasil é uma sub-área da Ciência da Informação na classificação de agências estatais de fomento à pesquisa, a expressão tende a ser de surpresa por parte da grande maioria.

Esse não é um debate só epistemológico. É também uma questão de política, especialmente se consideramos as políticas no mundo científico.

Enfim, para concluir, penso que a interação da Arquivologia com outros campos é efetivamente rica. Nós temos que buscá-la na nossa perspectiva, no fazer arquivístico, no ensino, na produção de pesquisas. Os níveis de interação com alguns desses campos ainda são precários, de parte a parte. Espero que cada vez mais fique evidenciado a importância desse diálogo da nossa parte, como atitude do campo da Arquivologia. Mas é necessário nós refletirmos um pouco mais sobre como esses diálogos são construídos, os resultados, as hipóteses, tanto na prática profissional, como no ensino, como na pesquisa. E ao fazê-lo, nós certamente contribuiremos para ampliarmos a Arquivologia como campo científico, reconhecendo a riqueza das suas possibilidades interdisciplinares.

Muito obrigado.



Bibliografia:

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO, 7, 2006, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: UNESP, 2006. Disponível em: < www.portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/program.php >. Acesso em: 21 ago. 2008

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO, 8, 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: < http://www.enancib.ppgci.ufba.br/apres_anais.htm >. Acesso em: 22 ago. 2008

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO, 9, 2008, São Paulo. Disponível em: < <http://www.enancib2008.com.br/> >. Acesso em: 22 ago. 2008

GIRA. **La place de l'archivistique dans la gestion de l'informations: perspectives de recherches.** Montreal: Ministère des Affaires Culturelles/Archives Nationales du Quebec, 1990.

HECKHAUSEN, H. Discipline and Interdisciplinarity. In: OCDE/CERI, **L'Interdisciplinarité: problèmes "enseignement et de recherche dans les universités.** Paris: OCDE, 1972.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JARDIM, José Maria, FONSECA, Maria Odila. As relações entre a arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos BAD**, Lisboa, v. 2, p. 29-45, 1992.

MAHEU, Cristina d' Ávila. **Interdisciplinaridade e mediação pedagógica.** Disponível em: www.nuppead.unifacs.br/artigos/interdisciplinaridade.pdf Acesso em: 09 jun. 2008

MARQUES, Angelica Alves da Cunha ; RODRIGUES, Georgete Medleg . A constituição do campo científico da arquivística e suas relações com a Ciência da Informação. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007, Salvador. **Anais do VIII ENANCIB**, 2007.

POMBO, Olga. Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. In: POMBO, Olga; LEVY, Teresa; GUIMARÃES, Henrique. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência.** Lisboa: ed.Texto, 1993,p.8-14. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/mathesis/vocabulario-interd.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2008

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista.** Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.4-16, 2005.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. In Carlos Pimenta (coord.), **Interdisciplinaridade, Humanismo e Universidade.** Porto: Campo das Letras, pp. 93-124, 2004.



**ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia**

Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

RODRIGUES, G. M. ; CUNHA, A. A. . A inserção da Arquivística nos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 3, p. 75-92, 2004

RODRIGUES, G. M. . A pesquisa em Arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, p. 31-39, 2001.

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE, 4., 1996, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPE, 1996. Disponível em: <<http://www.propoesq.ufpe.br/anais/.htm>>. Acesso em: 21 jan.1997.